

Eduardo de Sousa Ferreira

A lógica da consolidação da economia de mercado em Angola, 1930-74

INTRODUÇÃO

Tem sido comumente defendida a tese de que a economia de Angola, nos últimos quarenta anos da sua existência como economia colonial, não evoluiu segundo um processo lógico, mas sim devido a um encadeamento de factos mais ou menos aleatórios, essencialmente porque a economia e a política colonial portuguesa, pela sua fraqueza e dependência, não estavam em condições de seguir um modelo de exploração colonial.

Uma certa distância que permita abarcar toda a evolução do período nos seus traços essenciais — evitando assim possíveis distorções derivadas duma visão de processo «por dentro» na sua parcialidade — e uma análise dos dados socioeconómicos disponíveis, se bem que insuficientes, parecem contradizer uma tal tese.

A uma fase de integração crescente da mão-de-obra numa economia de mercado sucedeu, a partir dos anos 50, um grau crescente, porque mais racional, de exploração. Estas fases representam a penetração e consolidação em Angola dum modo de produção baseado na economia de mercado e orientado segundo os interesses da economia metropolitana, onde — ao contrário do que geralmente é afirmado — se encontravam os principais centros de decisão. A partir da década de 60 assiste-se à expansão deste modo de produção, com a passagem da exploração colonial através do comércio para a exploração através da penetração de capital e do aumento de possibilidades de acumulação local, com o respectivo reforço duma burguesia local fraca, mas já existente.

Patenteia-se em Angola um processo de desenvolvimento da economia que, não sendo «clássico», se mantém dentro das margens dos modelos de exploração colonial geral implantados pelas outras metrópoles. Na realidade, o baixo grau relativo de desenvolvimento da economia portuguesa irá conceder uma certa «especificidade» ao processo, derivada do facto de o capital português conseguir manter uma posição dominante na definição da política económica colonial e este capital se encontrar numa fase de «empirismo», em que ainda carece da renovação dos conceitos e mentalidades, do planeamento e da organização científica do trabalho. Por outro lado, a necessidade de encontrar apoio à política seguida e a fraqueza relativa do capital industrial português levam-no a não poder, na fase final, prescindir da penetração do capital estrangeiro, tanto nas colónias como na metrópole, passando o centro de decisão da metrópole a ser partilhado com outros centros.

Mas esta «especificidade» não ultrapassa a margem de variação dum modelo colonial passível de várias combinações dum número limitado de com-

ponentes e vai conduzir objectivamente — função do próprio mecanismo das leis económicas, mas também função de decisões — à consolidação e expansão da economia de mercado em termos tais que o domínio político directo se torna cada vez menos necessário e o caminho vai ficando aberto para uma solução neocolonial. A crescente autonomia administrativa atribuída a Angola na fase final do colonialismo não pode ser considerada uma diminuição da sua dependência em relação à metrópole: a transformação das relações Angola/Portugal, assim como o surgimento de novas relações, implicam, sim, uma dependência cada vez maior da colónia nos campos económico, monetário, financeiro e tecnológico. Esta dependência foi perdendo o carácter de controlo político directo e foi-se transformando no sentido de um controlo económico, o que representa a promoção das possibilidades de desenvolvimento da economia metropolitana e da sua associação à Europa desenvolvida, pretendendo preparar-se assim o caminho para a participação de Portugal numa exploração de tipo neocolonialista. A solução federalista de Spínola antes do 25 de Abril é disso testemunho.

Por parte do capital internacional, o grau de penetração da economia de mercado atingido em Angola na fase final revelava-se suficiente para garantir a continuidade do modo de produção, tornando-se assim supérfluo o domínio político directo e mesmo vantajosa a eliminação do intermediário até aí obrigatório que era Portugal, em contradição com as pretensões do capital português.

Conclui-se, pois, que obstáculos postos à independência de Angola não derivavam da inexistência de um desenvolvimento tipo colonial, como nas outras colónias tornadas independentes em termos neocoloniais. Para as potências «candidatas» à neocolonização de Angola (incluindo Portugal), o impedimento residia no facto de não ter sido possível criar condições que garantissem a tomada do poder por uma burguesia local correia de transmissão de um capitalismo dependente, dado que essa burguesia não conseguiu ser integrada na formação social devido à clivagem gerada por um racismo económico e socialmente necessário como defesa duma população branca pouco qualificada¹; para Portugal, o impedimento derivava, além disso, especificamente, de dois factores: por um lado, o desenvolvimento do capital industrial português era relativamente recente e quanto mais tempo «fosse ganho» até à independência, tanto maior seria o grau de participação da economia portuguesa numa futura exploração neocolonial internacional; por outro lado, a concessão de independência às colónias, e a Angola especialmente, iria pôr em causa todo o sistema político implantado na metrópole, e uma transição teria de ser extremamente cuidadosa e, por isso, morosa.

A verificação de que Angola foi explorada segundo uma lógica inerente a um dos modelos de exploração colonial não é contradita pelo facto de o desfecho do processo de descolonização ter sido diferente dos outros modelos de descolonização devido precisamente ao carácter «específico» da colonização portuguesa. Na realidade, se a descolonização foi essencialmente determinada tanto pela existência de forças nacionalistas não articuladas pela burguesia local, e que não aceitavam um capitalismo dependente, como pelo carácter que assumiu a revolução do 25 de Abril na metrópole, ela foi também determinada pela incapacidade da economia portuguesa de se implantar suficientemente por dinâmica própria.

O aspecto da tese inicialmente exposta e referente aos reflexos do desenvolvimento da economia portuguesa na política colonial cremos ter sido por nós já devidamente refutado numa análise fundada da perspectiva neocolonialista da economia portuguesa².

O objectivo do presente trabalho é apresentar pontualmente alguns dados que permitam contribuir para a refutação do corpo da tese que cremos errada. Numa análise do período de 1930 a 1974, se bem que baseada na precariedade dos dados existentes e na impossibilidade de sintetizar pesquisas também existentes, mas ainda iniciais, pretender-se-á caracterizar a penetração e consolidação da economia de mercado em Angola, demonstrando, por um lado, que o processo de desenvolvimento teve a sua lógica, que era a de permitir uma exploração colonial racional e preparar o caminho para a neocolonização, e, por outro lado, que certos factos «aleatórios» são expressão duma especificidade do modelo colonial adoptado que o não fazem transbordar, no essencial, para além das fronteiras dos modelos impostos pelas outras potências coloniais.

O ensaio limita-se assim à análise do processo económico interno de Angola e suas ligações directas com a política económica da potência colonial, excluindo, mas sem poder de forma alguma pretender subestimar, os efeitos da conjuntura da economia mundial sobre a actividade económica em Angola, que, sendo um factor relevante a tomar em consideração, excede o âmbito da presente análise.

I. A ESTRUTURA DA ECONOMIA COLONIAL ATÉ À DÉCADA DE 60

Nas décadas de 30 até 50, o factor essencial de produção dinamizador da economia angolana foi o factor trabalho, pilar tradicional do sistema de exploração colonial.

O factor capital, se bem que se tivesse vindo a reforçar principalmente a partir dos anos 20³, era ainda débil em termos de acumulação local e afluência de forma ténue da metrópole à época fracamente industrializada; por outro lado, ao capital estrangeiro deparava-se certa dificuldade de penetração devido à política proteccionista do Estado Novo, que insistia em dar preferência ao capital português⁴.

O sistema fiscal e o regulamento do trabalho, baseado no Código do Trabalho do Indígena, de 1928, constituíam o enquadramento institucional destinado a limitar a possibilidade de o trabalhador angolano reduzir a sua actividade à cultura de subsistência, libertando mão-de-obra a ser inserida no circuito de economia monetária, seja através da sua introdução na «rede de comercialização» pela cultura autónoma de produtos de exportação, seja através da exploração directa da mão-de-obra pelo assalariamento. Pretendia-se criar condições para a existência e utilização de mão-de-obra em termos favoráveis a uma economia de mercado. O método utilizado era assim duplo. Um indirecto, através do sistema de impostos, que coagia à obtenção

² Ferreira 1975 a.

³ Ver Smith.

⁴ O Banco de Angola relatava em 1939 que, de um total de investimento de capital de 880 000 contos, só 6% não era português. Ver Banco de Angola, 1939, p. 42. Estes dados não tomam certamente em consideração que companhias como a Diamang ou os Caminhos-de-Ferro de Benguela eram tecnicamente portuguesas, mas a sua base real de capital não o era.

de rendimentos monetários, sendo a aplicação das leis fiscais «utilizada pelos funcionários da Administração para garantir a mão-de-obra necessária às plantações europeias de cacau, café ou sisal, ou a empresas como as minas de diamantes»⁵; o outro método era directo, através do trabalho forçado sob variadas formas. O Decreto n.º 16 199 (Código do Trabalho do Índigena) permitia o trabalho compelido para fins de interesse público, embora a título excepcional (artigo 294, § único). Contudo, «na prática, como não havia afluência espontânea de mão-de-obra em número suficiente, eram as autoridades administrativas que recrutavam os trabalhadores para as obras públicas em curso»⁶. Também a proibição do trabalho compelido em empresas privadas era ignorada pela Administração, servindo, por exemplo, o cultivo obrigatório do algodão de pretexto para este tipo de trabalho nas plantações europeias que possuíam concessões do Governo⁷. «Em Angola, o Estado actua aberta e deliberadamente como agente recrutador e distribuidor do trabalho em benefício dos colonos.»⁸ A Convenção do Trabalho Forçado, de 1930, foi ratificada por Portugal somente em 1956 e subterfúgios legais permitiam continuar a violar a Convenção⁹.

O trabalho forçado, pelo impacte que provocava no trabalhador africano, tinha ainda o efeito de induzir a aceitação de salários baixos junto dos empregadores particulares, sendo assim errado assumir que estes trabalhadores, ao aceitarem contratos a baixo nível salarial, respondiam a incentivos económicos normais¹⁰.

Em 1941, os salários médios mensais eram de 27\$ para os trabalhadores agrícolas residentes na região do local de trabalho e de 36\$ para a mão-de-obra migrante, acrescidos de alimentação e vestuário¹¹. O pagamento feito aos trabalhadores autónomos situava-se igualmente a um nível extremamente baixo, sob um regime de preços fixados por lei. Em meados de 40, o preço do milho de Angola foi fixado em 1\$, enquanto o dos Estados Unidos ficava a 2\$05 e o da Argentina a 2\$81. Daquele escudo, ao cultivador africano eram pagos \$0,58¹².

Este sistema de produção, baseado quase exclusivamente no factor trabalho e nestas condições, não podia induzir uma economia dinâmica. Na base de uma população que em 1930 pouco ultrapassa os 3 milhões e em 1950 os 4 milhões, os fracos salários distribuídos e os baixos preços pagos ao cultivador africano não permitem o desenvolvimento de um mercado interno activo de consumo, mesmo que algumas camadas sociais estivessem interessadas na sua expansão. A procura de bens de consumo encontra uma base fraca de alargamento quase exclusivamente no poder de compra dos colonos, que, contudo, eram em número de 30 000 em 1930 e em 1950 não ultrapassavam os 75 000. Em 1930-31, do valor da exportação, 75% têm origem na produção de agricultores africanos autónomos, 20% na de contratadores e somente 5% na produção directa de europeus. Da produção agrícola em 1942, apenas 28,9% eram de origem europeia¹³.

⁵ Hailey, p. 42.

⁶ Mendes, pp. 90-91.

⁷ ILO, p. 300.

⁸ Galvão, 1961, apêndice.

⁹ ILO, pp. 299-300.

¹⁰ Konczacki, pp. 82-83.

¹¹ Dados fornecidos pelo Instituto do Trabalho. Ver Mendes, p. 49.

¹² Galvão, 1949, p. 206, e Castro, pp. 140-141.

¹³ Matos, p. 245, e Morna, p. 20.

Do poder de compra por parte da população africana poder-se-á aquilatar por um simples exemplo referente a assalariados em Luanda já em fins dos anos 50: o poder de compra de 1 hora de trabalho de um operário não qualificado corresponde, em média, a 1 kg de sal ou a 333 g de farinha de mandioca e o de um semiquificado a 1 kg de sal, a 333 g de farinha de mandioca e a 72,9 g de peixe seco ¹⁴.

Mão-de-obra barata, sendo em parte resultado de baixa produtividade, é também a sua causa. O sistema fiscal e as leis do trabalho conseguiram em Angola uma superação da falta de mão-de-obra em condições que colocavam os empregadores numa situação de poder monopsónico, influenciando assim o preço da mão-de-obra, mantido a um nível baixo. Quando a mão-de-obra escasseia numa região, há sempre possibilidade de vir a ser recrutada noutra área ¹⁵. Nestas condições, o empregador não sente necessidade de pôr a questão da produtividade. Esta é tomada, erradamente, como uma mera resultante do maior ou menor esforço da mão-de-obra ou da utilização de mais mão-de-obra a baixo preço ¹⁶. Esta política empresarial seguida nas décadas de 30 e 40 reflecte-se, por um lado, no desinteresse da qualificação da mão-de-obra, registando o censo de 1950 uma população quase totalmente analfabeta, sendo, inclusivamente, dos meros 270 000 «evoluídos», 32,1% analfabetos ¹⁷, e, por outro lado, na ausência de tentativa de melhoramento tecnológico susceptível de aumentar a produtividade: a procura de bens de produção é extremamente baixa, perfazendo a importação de equipamentos industriais e agrícolas, ainda no ano de 1951, os meros 12% da importação total (valor) e a de combustíveis lubrificantes 4,36% ¹⁸. A disponibilidade de mão-de-obra barata e uma situação de não concorrência conduziram, portanto, à falta de necessidade de alteração do sistema de produção, caracterizado por uma baixa produtividade, função da ausência de formação profissional da mão-de-obra e da aplicação de tecnologia antiquada.

A possibilidade de dinamizar internamente a economia através duma actividade mais produtiva, como a do sector industrial, estava condicionada pela política colonial imposta pela metrópole. Em princípio, só a indústria extractiva — que, na realidade, não é uma indústria, mas sim uma actividade primária — era directamente controlada pelo Estado, segundo o Decreto de Setembro de 1906 que estabelecia pertencerem todos os depósitos minerais ao sector público. Contudo, apesar de todos os outros ramos da indústria serem deixados ao sector privado, o estabelecimento de indústrias em Angola era controlado pelo Governo Português. Em 1936, o Decreto n.º 26 509 tornou extensiva às colónias a política do condicionamento industrial como protecção da indústria portuguesa existente contra qualquer concorrência, formalizando assim a política até aí já seguida ¹⁹. Segundo este regime, não era permitida a criação ou reconversão de indústrias transformadoras de matérias-primas nas colónias, desde que existissem na metrópole indústrias semelhantes que não tivessem atingido a sua capacidade máxima — de notar que um processo semelhante se verificava quanto às culturas agrícolas, como se vê pela proibição da cultura vinícola. A instalação de indústrias à base de

¹⁴ Castro, p. 187.

¹⁵ Mendes, p. 93.

¹⁶ Id., pp. 169-170.

¹⁷ 2.º *Recenseamento Geral da População*.

¹⁸ Banco de Angola, 1960, p. 507.

¹⁹ Ver sobre este assunto Ferreira, 1975, pp. 13 e segs.

matérias-primas importadas tinha de ser solicitada ao Ministério do Ultramar e as que produzissem à base de matérias-primas locais tinham de solicitar a sua instalação ao Governo-Geral. O resultado desta política sectorial foi a existência duma indústria insignificante em Angola, principalmente até aos anos 50. Insignificante na sua dimensão e insignificante na medida em que a pouca indústria existente era uma indústria de produtos com grau de elaboração muito reduzido (ver quadro n.º 1). Um parecer do Conselho Ultramarino confirmava que o Decreto n.º 26 509 «subordinava os interesses das províncias aos da metrópole [e] constituiu, segundo opiniões expressas com bastante autoridade, uma das razões determinantes do atraso do desenvolvimento industrial ultramarino»²⁰.

Angola: principais indústrias(a)

[QUADRO N.º 1]

Indústria	1938	1952
<i>Indústria extractiva</i>		
Diamantes (quilates)	661 260	743 302
Asfalto (toneladas)	(b)	21 623
Sal (toneladas)	(b)	47 510
<i>Indústria transformadora (toneladas)</i>		
Açúcar	39 952	46 590
Farinha de peixe	1 446	28 488
Sabão	1 036	3 279
Peixe seco e em salmoura	(b)	31 986

(a) Inclui-se aqui a indústria extractiva por razões de sistemática estatística, mas não sem deixar de anotar que, não havendo o menor grau de transformação da produção, ela deve pertencer mais ao sector primário.

(b) Resultado ignorado.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Ultramar*, 1958, Lisboa.

Pode-se aquilatar da actividade industrial pelo consumo de energia eléctrica em Angola, que em 1938 era de 8 650 000 kWh e em 1952 de 28 988 000 kWh, números que incluem ainda a iluminação pública e privada²¹.

Para o ano de 1957, o relatório do Banco de Angola diz que o valor da exportação de produtos industriais é de 1 179 000 contos (35,1% do total das exportações). Contudo, é de considerar que esse valor dá uma imagem deturpada da estrutura industrial de Angola, na medida em que inclui a indústria extractiva, que consiste na mera extracção e exportação em bruto. Pelo que, se se deduzir esta actividade, a indústria transformadora representa somente 18,8% das exportações (632 500 contos). E mesmo este valor refere-se em 94% a derivados de peixe e refinação de açúcar, produtos de baixo grau de elaboração²².

O estado em que se encontra a indústria em Angola na fase aqui analisada é a manifestação sectorial duma política mais global por parte da metrópole em relação à economia da colónia.

²⁰ Conselho Ultramarino, 1972, p. 11 do *Parecer*.

²¹ INE, 1958.

²² Castro, p. 408.

A dependência política de Angola permitia à metrópole condicionar a estrutura da economia colonial em função dos interesses da metropolitana. A conferência colonial de 1936 propõe a intensificação da complementaridade nas relações entre Portugal e Angola e a troca de produtos agrícolas e manufacturados da metrópole por matérias-primas e produtos alimentares da colónia²³. A reduzida e pouco elaborada indústria angolana é, ela própria, orientada no sentido da exportação com a função de «complementar» as possibilidades de desenvolvimento da economia portuguesa. Angola fornece produtos primários ou primariamente elaborados, cuidando as leis de garantir certos produtos não cultivados espontaneamente, mas necessários à economia portuguesa, como foi o caso, segundo programa estabelecido a partir de 1926, do reforçar do cultivo obrigatório do algodão, pago a preços fixados por lei e abaixo do preço do mercado mundial²⁴. Por outro lado, a colónia representa um mercado protegido para os produtos metropolitanos de fraca capacidade concorrencial em mercado aberto (têxteis, produtos agrícolas, especialmente vinho, calçado, produtos da indústria metalúrgica)²⁵. Os termos em que se processa esta divisão de trabalho são elucidados com o ciclo do algodão: nos anos 40, Portugal vendia a Angola, em obra, algodão a 107\$20 cada quilograma, algodão esse que recebia de lá, em fibra, a 9\$75²⁶.

O facto de a economia angolana se virar para o sector externo, não só por uma necessidade derivada da exiguidade do mercado interno, mas também, e principalmente, por causa da sua situação de dependência, dava origem a duas características negativas. Por um lado, o grau de diversificação de clientes e de fornecedores no comércio externo era reduzido pela posição predominante da metrópole. Em 1930, a economia portuguesa preenchia 37% das importações angolanas e absorvia 40% das suas exportações, sendo, respectivamente, 65% e 43% os números para 1945²⁷. Por outro lado, as vantagens cambiais advindas das exportações de Angola para países estrangeiros, que não Portugal, não revertiam a favor da colónia, mas sim da economia da metrópole, na medida em que as divisas do comércio externo eram controladas pelo Banco de Portugal e remetidas para Lisboa.

Estando a economia angolana virada para o exterior, representa o comércio externo, como substituto duma indústria transformadora fraca e duma indústria de meios de produção praticamente inexistente, a principal fonte de riqueza local. Contudo, conclui-se do exposto que as condições de produção para a exportação e do próprio comércio externo são conducentes a uma fraca formação de capital na colónia. Tais condições não vão permitir a arrecadação de lucros por parte do agricultor africano, mas sim o enriquecimento do Estado Português, das sociedades comerciais portuguesas, dos colonos e das empresas estrangeiras. Embora se verifique uma certa formação de capital, como se pode ver na criação de fábricas de açúcar e outras e na implantação de sistemas de irrigação e barragens, o facto é que as sociedades comerciais acumulam grande parte dos lucros na metrópole e as companhias estrangeiras transferem-nos para os países de origem. Os colonos, ganhando em importância e podendo adquirir meios próprios que podem

²³ Ministério das Colónias, 1936.

²⁴ ONU, 1966.

²⁵ Para uma análise geral da função das colónias na economia portuguesa ver Ferreira, 1977 b, secção 1.

²⁶ Galvão, 1949, p. 108.

²⁷ Repartição Central de Estatística Geral.

progressivamente alargar a base local de acumulação, na condição de ser possível um desenvolvimento na colónia, até que surja esta possibilidade, acumulam também em grande parte na metrópole, utilizando o restante dos lucros para despesas de bens de luxo importados do estrangeiro e para serviços, pouco restando para a participação na formação de capital local²⁸. Restam alguns investimentos em infra-estruturas por parte da administração colonial e orientados essencialmente para o fomento da exportação — melhoramento de portos e do sistema de transportes. Estes investimentos faziam parte de planos de fomento elaborados pelo Governo de Angola e financiados quase exclusivamente por um fundo criado em 1938 e derivado dos excedentes dos orçamentos da própria colónia, pelo que nunca podiam atingir grande dimensão²⁹. A mesma orientação dos investimentos manteve-se durante a execução do I Plano de Fomento (1953-58), que decorreu paralelamente ao plano de desenvolvimento angolano sem com ele se fundir e que foi financiado em 95% por meios próprios da colónia³⁰.

A transferência de possibilidades de acumulação para o exterior não se reduzia ao sector da exportação. A título de exemplo, um dado de outro sector: dos 95 593 contos de lucros líquidos que o Banco de Angola realizou em dez anos (1936-45), a colónia não recebeu mais do que os 1000 contos que por lei lhe foram atribuídos pelo privilégio da emissão³¹.

Estes mecanismos, aliados a uma baixa produtividade, a um mercado interno restrito e à inexistência de indústria, limitaram a acumulação local ao longo desta fase. Consequentemente, o quadro dentro do qual se pode verificar qualquer evolução económica é reduzido. As condições criadas são suficientes para permitir uma exploração de potencialidades existentes e assim permitir uma evolução quantitativa da economia, principalmente a partir da segunda guerra mundial, mas não são suficientes para dar lugar a uma alteração da estrutura de produção³². Os dados da exportação (ver quadro n.º 2) são um índice esclarecedor da evolução da economia angolana em ter-

[QUADRO N.º 2]

Exportações	1930	1935	1940	1945	1950	1955	1960
Café	11 839	10 277	11 066	—	58 860(a)	31 948	87 217
Sisal	422	4 295	6 198	—	21 250	41 369	58 571
Algodão	780	399(b)	3 502	4 360	4 058(a)	6 266	8 894
Milho	66 629(c)	—	—	105 877	189 477	53 533	117 111
Óleo de palma	—	—	—	—	11 391(a)	8 294	13 004
Farinha de peixe	—	—	2 212	—	31 329	50 245	45 085
Açúcar	—	27 657	—	48 140	43 103	30 567	46 899
Diamantes (produção em quilates)	—	—	784 271	803 887	538 867	743 377	1 056 827
Ferro	—	—	—	—	—	6 096(d)	545 800

(a) 1951.

(b) 1934.

(c) Média de 1931-35.

(d) 1956.

Fontes: Walter Marques, *Problemas do Desenvolvimento Económico de Angola*, Luanda, 1963. Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico*, vol. II: *Ultramar*, 1961.

²⁸ Cedetim, pp. 40 e segs.

²⁹ Herrick, p. 265.

³⁰ ONU, 1959, p. 253.

³¹ Galvão, 1949, p. 108.

³² Cedetim, pp. 44 e 52.

mos de economia de mercado, na medida em que, até certo grau, podem substituir as existentes ou deficientes estatísticas da produção. A exportação até aos anos 60 apresenta, na realidade, um crescimento médio bastante acelerado nalguns produtos, mas mantém a mesma estrutura, excepto a exportação de ferro a partir da segunda metade da década de 50. A análise das importações nos últimos anos desta fase permite deduções quanto à evolução da economia em manufacturas e maquinaria (ver quadro n.º 3). Destes dados se conclui continuarem ausentes, no fim da fase, as indústrias de transformação, especialmente de têxteis, e a indústria de equipamentos industriais e agrícolas; por outro lado, a importação de automóveis e acessórios e de material de caminho-de-ferro representa o esforço para o lançamento de infra-estruturas de transportes.

Angola: principais importações (em percentagem)

[QUADRO N.º 3]

Importações	1951	1955	1960
Equipamentos industriais e agrícolas . . .	12,1(a)	15,3	14,5
Material de caminhos-de-ferro	2,75	2,21	4,02
Têxteis e calçado	19,10	14,36	12,71
Bebidas alcoólicas	10,69	9,62	9,72
Automóveis e acessórios	9,46	10,40	10,65
Remédios	1,69	1,96	2,17
Combustíveis e lubrificantes	4,36	5,26	5,55

(a) Inclui ferro e aço brutos e semielaborados.

Fonte: Banco de Angola, exercício de 1960.

Este tipo de crescimento cedo atingiu os seus limites, visto ser baseado essencialmente na utilização intensiva de capacidades existentes (principalmente mão-de-obra) e não terem sido criadas novas estruturas. Daqui derivam problemas específicos que necessariamente iriam levar a *impasses*. A necessidade de superar estes *impasses*, aliada às transformações na economia mundial, iriam obrigar a metrópole a rever a sua política económica para Angola, principalmente a partir dos anos 60.

As estruturas e os processos aqui analisados não significam que Angola não estivesse já nesta fase inserida na divisão colonial do trabalho. Como nas colónias de outras potências, a sua economia tornou-se parte integrante do sistema internacional de produção, ocupando o lugar que lhe é determinado pelas suas fontes de riqueza e pela sua capacidade económica. A estrutura das trocas revela elementos do tipo mais «clássico» da economia colonial³³. A produção é orientada segundo a tradição do Pacto Colonial, em função dos interesses da metrópole, e não das populações locais. As associações comerciais de Angola referiam já em 1932 «a velha política colonial da exploração das colónias pelas metrópoles», citando as lições de Ruy Ulrich sobre Política Colonial que «as colónias portuguesas eram governadas unicamente no interesse da metrópole, como o provam a criação de monopólios numerosos, as restrições industriais, os impostos exagerados e a exploração brutal das riquezas ultramarinas»³⁴. Esta manifestação da bur-

³³ Ver Comte.

³⁴ Capela, pp. 215-216.

guesia local (os colonos) não significa, evidentemente, que foram estes, em último caso, os explorados. As vítimas da exploração colonial foram os Africanos, sendo os colonos aliados da burguesia metropolitana quem pretendia uma maior participação nos lucros locais, sob o pretexto dum «nacionalismo económico», ao referirem-se à exploração por parte da metrópole.

O que diferencia a exploração colonial portuguesa é o facto de, por mais tempo que nas outras colónias, o trabalho forçado ter sido utilizado como motor principal da economia, função dum subdesenvolvimento da economia metropolitana que até aos anos 60 não estava em condições de implantar suficientemente em Angola uma economia mais «racional», baseada no trabalho assalariado generalizado. Essa mesma fraqueza conduzia a uma maior diversificação de clientes comerciais de Angola pelo facto de a economia metropolitana não ter capacidade de absorção de produção colonial; por outro lado, a impossibilidade de a economia portuguesa exportar produtos industriais mais elaborados conduzia a uma maior diversificação de fornecedores da economia angolana do que se verificava nas colónias de outras potências.

II. O IMPASSE E O NOVO TIPO DE CRESCIMENTO

O *impasse* geral em que começa a entrar a economia angolana nos anos 50 tem origem em dificuldades surgidas ao nível de todos os factores de produção: terra, mão-de-obra e capital. Tais dificuldades resultam da própria evolução interna da economia, aumentadas, no que se refere ao capital, por dificuldades de ordem externa.

A terra cultivável em Angola resume-se a menos de metade do país e, na década de 50, só uma percentagem reduzidíssima, de 1% a 3%, está em condições de ser realmente cultivada³⁵. Não tendo sido o crescimento da produção o resultado dum aumento da produtividade, mas sim duma utilização extensiva das terras, começa a surgir o problema da escassez deste factor de produção. A coincidência, em Angola, de uma política de acumulação, à base da produção agrícola acelerada, com uma alteração do mercado mundial, que, como se verá, irá levar a uma deterioração dos termos de troca, vai colocar a questão da terra de forma aguda. Para manter pelo menos as mesmas receitas de exportação torna-se necessário aumentar a produção, o que só pode ser conseguido, dada a não alteração da sua estrutura, à custa de uma maior extensão utilizada. Passa-se, assim, a uma fase de grande intensificação da luta já centenária pela posse das terras. O caso das terras do café, a principal exportação a partir dos anos 40, é elucidativo deste processo. Entre 1950 e 1959, a área de cultivo do café duplicou, passando de 125 251 ha para 266 185 ha. Este alargamento processa-se essencialmente à base de concessões atribuídas a colonos europeus — cuja afluência no quadro duma política de imigração será tratada adiante —, implicando o desapossar de terra dos Africanos³⁶. O governador-geral Sá Viana Rebelo refere-se à ocupação de tais terras pela força, em litígios entre apenas colonos brancos, assim como entre colonos brancos e africanos desapossados. Se bem que houvesse legislação — mesmo antes da sua codificação, em 1961 — que protegia as terras dos Africanos, ela era extremamente complicada e contraditória, permitindo, na prática, a expropriação por uma série de razões e a diferentes ní-

³⁵ Kuder, p. 143, e Herrick, p. 272.

³⁶ Sobre este assunto ver ONU, 1965.

veis administrativos³⁷. A espoliação de terras provocada pela sua escassez tornou-se uma das fontes de descontentamento entre os Africanos e, concretamente, esteve na base do levantamento do Norte, em 1961³⁸. Na realidade, as terras para cultivo do café exigem características específicas àquela cultura, tanto no que respeita à altitude como à qualidade do solo e de clima, e as terras que correspondiam a essas exigências encontravam-se em boa parte na posse de africanos.

Tornava-se, pois, necessário superar o problema da escassez das terras, o que implicava, por um lado, aumentar a produtividade e alterar a produção e a estrutura das empresas agrícolas, algumas de rendimento extremamente baixo, e, por outro, orientar a economia no sentido de ela não continuar a basear-se quase exclusivamente na agricultura. A questão das terras insere-se, aliás, no que respeita à concorrência entre as fracções da burguesia local, num quadro mais amplo de confrontações dos interesses da «produção directa» (indústria, agricultura e pecuária empresariais), que tendem a prevalecer sobre os da mera «extração comercial».

No respeitante ao factor trabalho chegava-se a uma situação mais grave. Num país de fraca densidade demográfica, a exigua população activa, que sempre colocara problemas de mão-de-obra, passa a representar uma barreira difícil de transpor quando, sem terem sido alteradas as condições de trabalho, se pretende conseguir mão-de-obra para uma produção agrícola acelerada não baseada no aumento da produtividade. A manutenção do mesmo sistema de produção implica uma utilização extensiva da mão-de-obra, que só é conseguida através de uma grande pressão sobre o Africano. A fuga ao alastramento generalizado do «contrato» — reforçada pela fuga à repressão militar após 61 — conduz, no Norte, a uma corrente de abandono do país para o Congo, em termos bastante mais generalizados do que os que se vinham verificando já, aliás, desde os anos 20, não só a partir do Norte, como doutros distritos fronteiriços. Os que restam terão de se submeter — muitas vezes também como consequência da expropriação das suas terras — ao trabalho contratual. Não sendo esta mão-de-obra suficiente para a cafeicultura, que ocupava cerca de 40% de toda a mão-de-obra rural³⁹, surgem as deslocações em massa, a partir de outras regiões, sob o regime de «contrato». Os distritos de Uíge e Cuanza-Norte passaram a utilizar mais de 80% de mão-de-obra deslocada de outras regiões, essencialmente mão-de-obra *ovimbundu* a partir de 61⁴⁰. Assim, a tentativa de acumulação à base de uma intensificação da produção de culturas coloniais de exportação, além de levar à fuga da mão-de-obra, conduziu à sua concentração forçada no campo, tornando-se um obstáculo à industrialização que se impunha. Para a superação do *impasse* que vai surgindo torna-se necessário, por um lado, alterar as condições de trabalho em termos de atrair a mão-de-obra e, por outro, aumentar a produtividade de maneira a ser liberta mão-de-obra para a indústria. Enquadrada na política colonial geral, surge ainda como possibilidade do aumento do potencial de trabalho a política de povoamento com colonos vindos do exterior, de que se tratará mais adiante.

A possibilidade de acelerar a acumulação de capital para o fomento dum processo de industrialização e o sustento de um desenvolvimento global

³⁷ Bailey, p. 166, e Herrick, p. 272.

³⁸ ONU, 1962, p. 35.

³⁹ Mendes, p. 61.

⁴⁰ Id., p. 60.

dependia em Angola, dada a estrutura da sua economia, das possibilidades criadas pelo comércio externo. Contudo, precisamente na altura em que se fomentava uma política de desenvolvimento de culturas coloniais de exportação como base de acumulação, a tendência ao nível do mercado mundial era para a desvalorização dos produtos agrícolas tradicionais. Isto devido essencialmente à concorrência aberta entre vários países do Terceiro Mundo que, após a descolonização, pretendiam adquirir, através do comércio externo, o capital necessário ao seu próprio desenvolvimento económico ⁴¹. Como exemplo sirva o principal produto de exportação angolano, o café, que, sendo vendido em 1951 a 37 contos a tonelada, vendia-se em 1961 a 14,5 contos a tonelada. Consequência desta tendência foi, para Angola, uma deterioração drástica das razões de troca, que passaram de 0,952 em 1952 para 0,393 em 1960, isto é, em 1960, e em média, 1 t exportada correspondia a 0,3 t importada, em vez de 0,9 t, como acontecia em 1954 ⁴². Nestes termos, o aumento da produção agrícola não vai conduzir, como se desejava, a uma base maior de acumulação com vista ao desenvolvimento, mas sim, pelo menos em grande parte, à mera cobertura do défice que resulta do facto de as razões de troca se terem deteriorado. A política de fomento de culturas coloniais de exportação revela-se assim incapaz de contribuir para uma acumulação que garanta o desenvolvimento. Torna-se urgente, por um lado, diversificar a produção agrícola para além das culturas já implantadas e, por outro, passar à fase de industrialização, de maneira que a economia não continue, exclusivamente, na dependência de uma produção cujo valor se vai deteriorando. Mas qualquer destes caminhos vai, por sua vez, repor a questão da falta de capital.

À economia angolana deparavam-se assim *impasses* provocados por estrangulamentos ao nível de três factores de produção — terra, mão-de-obra e capital. Esta conjuntura, aliada à fraqueza da base de acumulação que o sistema de exploração da colónia criara, conduziram já, no início dos anos 50, ao lançamento de um processo de remodelação da política económica colonial no sentido de criar condições que permitissem ultrapassar o *impasse* que se desenhava e de lançar as bases dum sistema de produção com possibilidades de desenvolvimento. O I e II Planos de Fomento para Angola, respectivamente de 1953-58 e 1959-64, representam já um esforço para o lançamento de infra-estruturas que permitissem uma reconversão de actividades, fomento da indústria de transformação e indústria mineira e criação de pré-condições para o povoamento com colonos vindos da metrópole. Exceptuando 6% dos investimentos do II Plano de Fomento que foram dedicados ao conhecimento científico do território e à instrução e saúde públicas, todos os investimentos, tanto do primeiro como do segundo planos, foram dedicados, por um lado, ao aproveitamento de recursos (essencialmente centrais hidreléctricas) e povoamento e, por outro, às comunicações e transportes para a exportação (especialmente caminhos-de-ferro e portos) ⁴³. A nova política económica de desenvolvimento da colónia, contudo, só se faz sentir quase em meados da década de 60. A fraca dotação dos Planos de Fomento — 2,9 e 4,6 milhões de contos respectivamente para o I e II Planos e aplicados em pouco mais de 50% — não permitia um impacte grande no sentido de uma reestruturação rápida; por outro lado, tratava-se de infra-estruturas de que, como tais, só surgem efeitos a longo prazo; e, finalmente, o levantamento

⁴¹ Marques, p. 87, e Cedetim, p. 54.

⁴² Id., p. 82.

⁴³ INE, 1961.

armado em 1961 representou um factor incisivo de perturbação no desenvolvimento da nova política, que só assume forma consciente, sistemática e intensiva após o Decreto n.º 44 016, de Novembro de 1961, com a política de integração acentuada e que implicava grandes transformações da economia angolana. Na primeira metade dos anos 60 já é nítida na economia angolana a coexistência de dois tipos de crescimento baseados em tipos diferentes de economia e correspondendo às características das sociedades capitalistas periféricas, em que numa mesma economia coexistem fracções com diferentes níveis de desenvolvimento de forças produtivas, fracções essas que não correspondem necessariamente à divisão sectorial, na medida em que, essencialmente, o sector agrícola é abrangido tanto por um sistema como pelo outro. Para além da economia de subsistência depara-se-nos, por um lado, a agricultura africana para o mercado (*cash crop agriculture*) e a cultura de plantação trabalho-intensiva e de utilização extensiva das terras e, por outro, novas actividades progressivamente mais capital-intensivas e mais dinâmicas ligadas à agricultura mecanizada, à indústria, à extracção mineira.

Assim, as culturas coloniais de exportação continuam a desenvolver-se na linha de expansão do fim dos anos 50 (ver quadro n.º 4). Contudo, a taxa de crescimento das exportações destes produtos vai diminuindo ao longo da

Angola: exportação das principais culturas tradicionais (em toneladas)

[QUADRO N.º 4]

Culturas	1960	1965	1970	1972
Cafê em grão	87 217	159 168	180 554	176 855
Sisal.....	58 571	50 345	65 862	66 501
Milho.....	117 111	168 199	171 393	76 665

Fontes: Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral, REP, *Anuário Estatístico*, 1965. Luanda, INE, Delegação de Angola, DPSE, *Anuário Estatístico*, 1972.

década de 60, contrastando com o ritmo acelerado de crescimento da exportação total, cujo valor de 1962 a 1971 aumentou 184,6%⁴⁴ (ver quadro n.º 5). Paralelamente a tais culturas verifica-se o surgimento duma agricultura a outro nível, baseada numa maior produtividade através da mecanização e tratamento das terras. Ela corresponde, em parte, aos mesmos produtos, mas cultivadas em sistema «empresarial», e, em parte, a uma diversificação através de culturas com maior capacidade de concorrência no mercado mundial. Este novo tipo de culturas abranda a utilização extensiva das terras e da mão-de-obra e tem um carácter mais intensivo, vindo assim responder às necessidades impostas com o esgotamento de tais factores de produção. Já na primeira metade dos anos 60 se verifica uma diminuição da mão-de-obra rural não especializada, se bem que em termos módicos⁴⁵, e o aumento de importações de meios de mecanização da agricultura e de adubos é coerente com tal desenvolvimento (ver quadro n.º 6). A cultura do algodão é característica da coexistência dos dois tipos de desenvolvimento da economia angolana. A partir do princípio da década de 60 inicia-se o sistema «empresarial» do cultivo do algodão de maior produtividade e capacidade de desenvolvi-

⁴⁴ Oliveira, Jorge Eduardo da Costa, p. 416.

⁴⁵ Mendes, p. 56.

Angola: principais mercadorias exportadas (mercadorias com maior ritmo de crescimento)

[QUADRO N.º 5]

Mercadorias exportadas	1962		1965		1971		Variação 1962-71	
	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Toneladas	Contos	Contos	Percentagem
Total (a).....	1 385 726	4 264 294	1 941 706	4 747 402	11 545 341	12 137 051	7 872 757	184,6
Petróleo em bruto.....	114 951	56 901	114 182	39 050	4 746 965	2 157 394	+ 2 100 493	3 691,5
Minérios de ferro.....	445 987	131 327	693 401	146 935	5 497 790	1 188 231	+ 1 056 904	804,8
Algodão em rama.....	5 712	99 018	4 751	83 426	35 276	648 538	+ 549 520	555,0
Bananas frescas.....	1 966	1 583	3 618	6 112	48 854	174 295	+ 172 712	10 810,4
Peixe fresco e congelado.....	1 985	10 936	2 687	11 618	15 248	114 979	+ 104 043	951,4
Pastas para fabrico de papel....	1 095	1 895	22 693	53 188	32 017	114 636	+ 112 741	5 949,4

(a) Os valores totais não correspondem à soma das parcelas, dado estas explicitarem só certos tipos de exportações.

Fontes: *Anuário Estatístico de Angola*, 1972; Oliveira Costa, 413 e 416.

mento. Como se pode deduzir do quadro n.º 7, o sector «moderno» da produção do algodão vai alargando tanto na área como no número de produtores e quantidade de produção à medida que a agricultura «tradicional» vai recuando. Segundo o Banco de Angola, a continuação da existência do sector «tradicional» deve-se sobretudo ao facto de os «núcleos mecanizados» com o apoio do Instituto do Algodão compensarem a descida abrupta de produção do resto dos cultivadores em regime «tradicional»⁴⁶. A dinamização da produção do algodão através dum aumento de produtividade reflecte-se na passagem da produção de 13 099 t em 1961 para 19 506 t em 1965 e tabaco, cuja produção passou de 858 t em 1960 para 2343 t em 1965 e 3680 t em 1970⁴⁷.

Angola: importação ligada ao sector agrícola

[QUADRO N.º 6]

Anos	Tractores (unidades)	Aparelhos e máquinas agrícolas (toneladas)	Adubos químicos (toneladas)
1956.....	240	1174	—
1960.....	366	1427	8 319
1965.....	355	1646	19 217
1970.....	1321	2695	79 436
1972.....	1270	1141	72 003

Fontes: ver quadro n.º 4. *Relatório e Contas do Banco de Angola, Exercício de 1962*, Banco de Angola. Angola, 1970, *Economic and financial survey*.

Angola: produção de algodão em caroço

[QUADRO N.º 7]

		Agricultura tradicional	Agricultura empresarial
Produção (toneladas)***	1961	13 099	—
	1964	11 955	1 654
	1972	10 078	38 354
Produtores (número)***	1961	46 673	—
	1964	41 596	69
	1972	21 474	433
Área cultivada (hectares)	1961	38 654	—
	1964	30 196	8 757
	1972	15 991	38 211

Fontes: ver quadro n.º 4. Banco de Angola, Angola, 1970, *Economic and Financial survey*.

À medida que o sistema moderno de cultivo se vai alargando, vai-se impondo assim um capitalismo agrário com maior capacidade de concorrência e arrastando consigo as necessárias alterações sociais, indo, por esse modo, entrar em conflito com aqueles colonos ligados a uma agricultura subcapitalizada e, portanto, de baixa produtividade e com menor capacidade concor-

⁴⁶ Banco de Angola, 1970, p. 14.

⁴⁷ Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral, 1965, INE, 1972, e Banco de Angola, 1972.

rencial. Assim, este tipo de colono, depois de ter expropriado o Africano, sente-se cada vez mais incapaz de resistir ao alargamento e exploração do capitalismo agrário, um processo de que irão surgir conflitos de interesses inconciliáveis ⁴⁸.

Mas o novo tipo de crescimento baseia-se essencialmente nos ramos de maior produtividade da indústria mineira e de transformação, com grande capacidade de evolução. Estas desenvolvem-se essencialmente a partir das reformas iniciadas em 1961, no sentido de passar a ser permitido instalar indústrias nas colónias, mesmo que se trate de indústrias existentes na metrópole. Estas reformas vão conduzir à publicação do Decreto-Lei n.º 46 666, em 1965, que estabelece o «condicionamento nacional». Se bem que a política industrial subjacente a este diploma não tenha — como o Conselho Ultramarino verificou — encontrado a devida aplicação na realidade, a qual era a de «contribuir decisivamente para o processo harmónico e integrado do espaço económico português» ⁴⁹, o facto é que permitiu um certo grau de abertura para a implantação da indústria em Angola. De 1962 a 1972, o valor da produção bruta da indústria de transformação quintuplicou, passando de 2138 para 11 359 milhões de escudos — a taxa média anual de crescimento de 1968 a 1972 foi de 20% —, sendo os mais dinâmicos os sectores relativos a madeiras e a construção de material de transporte (ver quadro n.º 8) ⁵⁰. A indústria mineira (incluindo o petróleo) cresceu de 1960 a 1970 a uma taxa média anual de 19%, passando o valor da produção bruta de 846 para 4791

Angola: indústria transformadora — produção bruta dos sectores mais dinâmicos (em contos)

[QUADRO N.º 8]

Indústrias	1962	1966	1971	Varição 1962-71 em percentagem
Indústrias de madeira (excepto mobiliário)	3 993	12 678	56 049	1 303,7
Indústrias de mobiliário	7 109	10 489	107 927	1 418,2
Indústrias de borracha	20 718	25 820	269 913	1 202,8
Fabricação de produtos metálicos	19 748	89 748	235 114	1 100,3
Construção de material de transporte	—	4 671	294 469	6 204,2(a)

(a) 1966 — 100.

Fontes: *Anuário Estatístico*, 1963-70, *Boletim Mensal de Estatística*, Dezembro de 1971, in Costa Oliveira, *Servindo o Futuro de Angola*, Luanda, 1972.

milhões de escudos. O maior crescimento deste sector verificou-se em 1969, ano em que sofreu um incremento das minas de ferro de Cassinga e do petróleo de Cabinda ⁵¹, produtos dos mais dinâmicos no desenvolvimento da indústria mineira (ver quadro n.º 9).

Este desenvolvimento torna-se possível e a sua sustentação continuada com o apoio estadual incorporado principalmente nos planos de fomento. O Plano Intercalar (1965-67) e o III Plano de Fomento (1968-73) continuam a

⁴⁸ Cedetim, p. 68.

⁴⁹ Conselho Ultramarino, 1972, p. 13 do *Parecer*.

⁵⁰ Banco de Angola, 1972, pp. 51 e segs.

⁵¹ Ferreira, 1975 b, pp. 66 e segs., e Banco de Angola, 1970, pp. 37 e segs.

ser não tanto planos de fomento, mas sim grandes programas de obras públicas destinadas a cimentar um determinado sistema de desenvolvimento, a reforçar a infra-estrutura como pré-condição do fomento da exportação e do povoamento, se bem que já pretendendo prestar maior atenção do que os

Angola: produção mineira — principais minérios extraídos

[QUADRO N.º 9]

Minérios	1962	1966	1971	Variação 1962-71 em percentagem
Minério de ferro	753 612	790 548	6 157 819	771,1
Petróleo bruto	471 236	631 319	5 721 331	1 114,1

Fontes: ver quadro n.º 7.

anteriores à formação da mão-de-obra através de investimentos na promoção social (ver quadro n.º 10). A implantação de planos de verdadeiro desenvolvimento que incluam o melhoramento do nível de vida das populações surge como perspectiva meramente na preparação do IV Plano de Fomento, que já se não chega a executar ⁵².

Angola: planos de fomento — principais despesas efectuadas (1000 contos)

[QUADRO N.º 10]

	Plano Intercalar	III Plano(a)
<i>Total(b)</i>	2 372,2	6 522,1
Conhecimento científico do território, investigação científica e estudos de base	182,1	89,7
Apicultura, silvicultura e pecuária	383,3	740,8
Energia	255,5	417,1
Indústrias extractivas e transformadoras	103,9	375,2
Transportes e comunicações	1 056,3	2 945,5
Promoção social	217,2	1 378,4

(a) Os dados referem-se ao quinquénio de 1968-72.

(b) O total global aqui apresentado não corresponde à soma das parcelas, visto tratar-se de uma selecção de itens.

Fontes: *Relatório e Contas do Banco de Angola, Exercício de 1967*. INE, Delegação de Angola, DPSE, *Anuário Estatístico*, 1972.

Na base deste tipo de crescimento da economia angolana estão novas atitudes da política económica, que vão permitir ultrapassar parte das barreiras levantadas ao nível dos vários factores de produção.

A questão da falta de mão-de-obra é enfrentada de forma dupla: por um lado, através da libertação de parte da mão-de-obra retida nos campos; por outro, através da imigração de colonos. O Africano vai sendo integrado, em proporções crescentes, na economia de mercado e nos ramos «mais dinâmicos» da economia através de vários momentos simultâneos. O novo sistema baseia-se em relações novas de produção em que predomina não mais o tra-

⁵² Rella in Oliveira, Jorge Eduardo da Costa.

balho forçado nas suas várias formas patentes ou dissimuladas, mas sim o salário. Já em 1961, o Decreto n.º 43 639 acaba com o cultivo obrigatório de algodão que prendia grande quantidade de mão-de-obra a este tipo de cultivo ou que provocava a fuga do Africano. Por outro lado, os salários rurais passaram de 1958 para 1965 da base 100 para 148, obrigando a uma maior racionalização e retraimento do emprego por parte dos empresários, do que derivou mão-de-obra livre que se orientava para a indústria⁵³. Tanto a passagem ao sistema geral de assalariado como a racionalização, de que a mecanização é um dos sintomas, vão criar condições de produção não já baseada quase exclusivamente na exploração intensiva da mão-de-obra, mas sim no princípio da produtividade. A mão-de-obra rural vai assim diminuindo. A que está ocupada no sector tradicional vai recuando à medida que este vai sendo sufocado pelo sector «moderno» e lhe vão sendo usurpadas as terras e a mão-de-obra rural assalariada vai-se orientando, pelas razões expostas, para o sector moderno. Contudo, é a agricultura que continua a ser o sector que predomina mesmo em termos de ocupação de assalariados.

Uma outra tentativa para suprir a falta de mão-de-obra na generalidade e para actividades qualificadas e empregos não directamente produtivos foi feita pela metrópole, como se indicou, já nos anos 50, com uma política de povoamento à base da imigração de portugueses. Os relatórios da Junta Provincial de Povoamento de Angola tornam bem claro que as autoridades viam a ida de colonos para Angola como um dos meios de resolver a determinados níveis o problema da mão-de-obra⁵⁴. A população branca, que em 1950 era de 78 826 colonos (2,6% da população total), passa para 160 000 (4,7%) em 1960 e 280 000 (6,5%) em 1970. Estes últimos valores, se bem que do recenseamento, parecem estar abaixo da realidade, principalmente quando comparados com o número de «retornados» de Angola aquando da descolonização, calculado (se bem que incluindo alguns pretos e mestiços) em 400 000, pelo menos. Função da orientação dada a esta imigração, uma boa parte dela vai concentrar-se nos centros urbanos, que são os locais onde mais se desenvolvem a indústria e os serviços correspondentes ao novo tipo de crescimento. Assim, a população branca de Luanda passa de 55 567 em 1960, representando 24,5% da população da cidade, para 124 817 em 1970, os quais perfazem 26,1% da população da cidade⁵⁵, valores que também devem ser considerados como abaixo da realidade. A instalação de portugueses de forma sistemática e acelerada não corresponde, contudo, a uma mera necessidade de alargamento de mão-de-obra na economia angolana. Ela corresponde a uma política resultado de vários interesses da economia metropolitana: absorção do desemprego que o fraco desenvolvimento económico da metrópole não permite debelar, alargamento da mão-de-obra disponível, principalmente especializada e semiespecializada, para a economia de mercado e implantação de agentes económicos estreitamente ligados à metrópole como garantes do domínio colonial numa época em que a soberania portuguesa é posta em causa. Não cabendo aqui tratar dos vários aspectos desta política⁵⁶, note-se que a primeira razão, a absorção do desemprego,

⁵³ Mendes, pp. 56 e segs.

⁵⁴ Ver, por exemplo, Agência-Geral do Ultramar. No mesmo sentido, ver Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, artigo de J. M. Gaspar, e ainda Oliveira, Hermes de Araújo, cap. II.

⁵⁵ *Recenseamento* e Oliveira, Jorge Eduardo da Costa, p. 58.

⁵⁶ Vide, para estes aspectos, Ferreira, 1976 b, secção 5, e Ferreira, 1976, primeira parte.

começa a deixar de existir na segunda metade da década de 60, na medida em que a imigração portuguesa para a Europa conduz a economia a uma situação em que o desenvolvimento da metrópole começa a entrar num *impasse*, entre outras razões, por falta de mão-de-obra. Restam pois os objectivos de alargamento da mão-de-obra e da «presença portuguesa», que se pretende prosseguir de forma intensiva com o apoio dos planos de fomento. Parte substancial das despesas de infra-estruturas feitas com os planos de fomento são destinadas à preparação da instalação de portugueses, especialmente nos campos de agricultura, transportes, comunicação e energia, aqueles itens que correspondem às maiores despesas do Plano Intercalar e do III Plano de Fomento (ver quadro n.º 10). No III Plano, cerca de 50% das despesas com a agricultura são directamente destinadas ao povoamento ⁵⁷.

Contudo, esta tentativa de solucionar o problema da mão-de-obra nunca alcançou as dimensões relevantes que se lhe pretendia dar. Tanto demográfica como economicamente, a mão-de-obra portuguesa «dirigida» por esta política ficou bastante aquém do pretendido ⁵⁸.

O facto é que, para resolver o *impasse* da falta de mão-de-obra, surgiu uma nova base social que vai sustentar o novo tipo de crescimento: o salariado e a utilização dum duplo mercado de trabalho. O emprego qualificado ou não directamente produtivo é ocupado por portugueses e assimilados, enquanto empregos não qualificados ou directamente produtivos são ocupados pela maioria angolana. Também se instalam portugueses nas actividades de pequena produção, comércio e serviços, que, por sua vez, utilizam o trabalhador angolano como mão-de-obra subalterna ⁵⁹. Na passagem à década de 70 apresenta-se, assim, o seguinte quadro de mão-de-obra ⁶⁰: 80% vive directamente da terra, sendo a população potencialmente activa calculada em 2,5 milhões de indivíduos. Destes, seriam 623 500 empregados por conta de

Angola: assalariados

[QUADRO N.º 11]

Ramos de actividade	1967		1971	
	Números	Porcentagem	Números	Porcentagem
Apicultura, silvicultura, caça, pesca e pecuária	233 538	44	265 610	41
Indústrias extractivas	64 365	12	61 786	10
Indústrias transformadoras	53 588	10	65 657	11
Construção	42 829	8	45 312	7
Electricidade, gás, águas e serviços sanitários ..	5 159	1	9 417	1
Comércio, bancos e seguros	34 797	7	52 853	8
Transportes, armazenagens e comunicações...	31 882	6	37 220	6
Serviços	46 096	9	44 733	7
Actividades mal definidas.....	18 899	3	59 349	9
Total	531 153	100	641 937	100

Fontes: estimativas do Instituto do Trabalho de Angola, em *Projecto do IV Plano de Fomento*, t. II *Ultramar*, Lisboa, Presidência do Conselho, 1973.

⁵⁷ INE, 1972.

⁵⁸ Ver, quanto a esta questão, Bender, em especial o cap. 4.

⁵⁹ Cedetim, pp. 61-62.

⁶⁰ Presidência do Conselho, 1973, pp. 209 e segs.

outrem, 623 000 empresários exclusivamente agrícolas e 266 000 empresários principalmente agrícolas, considerando-se 1 milhão como sendo trabalhadores familiares. Como se deduz do quadro n.º 11, o sector agrícola continua a ser o que predomina na ocupação de assalariados.

A questão da mão-de-obra não envolvia somente problemas de quantidade, mas também de qualidade. Uma análise feita pela Comissão para o Estudo da Produtividade em Angola em 1961 verificava que, das principais razões da falta de produtividade, se destacava a falta de formação profissional⁶¹. Era pois necessário melhorar o nível de conhecimentos da mão-de-obra e alargá-lo a maiores camadas, o que implicava uma reforma profunda do ensino, seja em termos quantitativos, seja em termos qualitativos⁶². Se bem que desde 1961 tivesse sido já posta em prática uma reforma do ensino, ela só foi oficializada e assumiu forma sistemática a partir do Decreto n.º 45 908, de 1964. As verbas dedicadas pelo Plano Intercalar e pelo III Plano de Fomento são significativas do interesse dedicado à reprodução da mão-de-obra com maior qualificação. Durante a vigência do III Plano, a despesa efectuada com a educação chega a atingir, no ano de 1969, 110,8 milhares de contos e, enquanto as despesas ordinárias efectuadas no quadro do Orçamento Geral do Estado dedicavam à Educação, em 1961, 33,5 milhares de contos, em

Angola: movimento geral do ensino — número de alunos (total e tipos de ensino seleccionados)

[QUADRO N.º 12]

Tipos de ensino	1962-63	1969-70	Varição 1962-63/1969-70 em percentagem
Total	143 469	425 815	215,6
Primário	123 641	392 809	217,7
Técnico-profissional.....	7 912	10 946	—
Escolas técnicas elementares	7 807	9 679	24,0
Institutos comerciais e industriais	105	1 267	1 106,7
Agrícola	147	377	156,5
Elementar profissional artes e ofícios).....	337	1 393	313,4

Fontes: *Anuário Estatístico de Angola/1970*, Direcção Provincial dos Serviços de Estatística de Angola. Costa Oliveira, *Servindo o Futuro de Angola*, Luanda, 1972.

1966 elas atingiram 261,6 milhares de contos, 574,3 em 1969 e 847,2 em 1971⁶³. Como se pode deduzir do quadro n.º 12, verificou-se, como consequência da nova política de ensino como parte da política colonial geral, o acentuado crescimento, ao longo da década de 60, da população que frequentava estabelecimentos de ensino. Esse crescimento não se reduziu somente ao nível do ensino primário, mas, correspondendo às necessidades da economia, foi

⁶¹ Herrick, p. 349.

⁶² Marques, p. 311, e Mendes, p. 68.

⁶³ Ferreira, 1977 a, pp. 98 e segs.

acentuado ao nível profissional em geral. Esta evolução não deve contudo iludir. A variação verificada em altas percentagens reflecte meramente o baixo nível do ponto de partida nos princípios de 60⁶⁴. O que significa que o ensino em geral e o ensino profissional em especial continuavam a não ser suficientes para satisfazer a mão-de-obra dum política de desenvolvimento que se queria intensiva. Nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento, os autores comentam o resultado da política seguida:

A conclusão pouco favorece o sistema: a maioria da população (e a quase totalidade da rural) limita-se a frequentar os dois primeiros anos, quando muito três, abandonando a escola com uma rudimentaríssima bagagem de conhecimentos, tão rudimentares que a curto prazo recaem no analfabetismo; e as consequências para a economia são as que advêm dum quase total improdutividade do investimento que se levou a efeito neste campo⁶⁵.

Até ao fim do domínio de Portugal sobre Angola manteve-se a questão da falta da mão-de-obra, particularmente da especializada, como estava patente ainda na preocupação do Conselho Ultramarino em 1972 e dos técnicos de planeamento do IV Plano de Fomento⁶⁶.

A diversificação e o aumento da produção não se tornam exequíveis pela mera solução (mais ou menos suficiente) da questão da mão-de-obra, visto que só a longo prazo contribuem para suplantar a falta de capital. A curto e médio prazo, não só embatem no *impasse* do capital, como o agravam, na medida em que este factor de produção se apresenta como complementar ou, pelo menos, a sua falta conduz a uma produtividade marginal do trabalho da mão-de-obra suplementar cada vez mais baixa. A política económica para Angola terá assim de passar a ser orientada no sentido de ser conseguida disponibilidade de capital. As medidas tomadas vão no sentido de, por um lado, fomentar a criação e fixação de poupança local e, por outro, atrair capitais vindos do exterior⁶⁷ (ver quadro n.º 13). Se bem que com certo efeito, essa política não deixa de ter efeitos limitados e de esbarrar em contradições. Assim, a política de restrição das transferências privadas é aplicada com um certo sucesso, fazendo-se sentir os seus efeitos principalmente a partir de 1964, com movimento regularmente descendente, excepto em 1969 (ver quadro n.º 14).

Contudo, medidas mais severas de restrição são impedidas pela necessidade de evitar «que sejam significativamente afectadas as correntes de povoamento alienígena, nomeadamente da mão-de-obra qualificada»⁶⁸, sector da população ligado à metrópole e com propensão à exportação de poupanças.

Por outro lado, a política de fixação de rendimentos de capitais no sentido de fomentar a acumulação local, e assim abrandar a dependência em que o investimento se encontra do mercado de capital externo, se bem que con-

⁶⁴ Quanto a esta problemática, ver Ferreira, 1977 a, cap. II.

⁶⁵ Serviços de Planeamento e Integração Económica, p. 20.

⁶⁶ Conselho Ultramarino, 1972, pp. 18, 34 e 58. Ver também Rella, p. 134.

⁶⁷ Uma sistematização sumária da política de atracção de capitais encontra-se em Conselho Ultramarino, 1972, 2.ª acta, pp. 26 e segs.

⁶⁸ Presidência do Conselho, 1973, p. 237.

Angola: saldos da balança de pagamentos (milhares de contos)

[QUADRO N.º 13]

	1964	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972
Transacções correntes.....	+ 1 048	+ 631	—673	—865	—1 337	—2 685	—1 360	—1 884	+ 1 676
Mercadorias.....	+ 1 650	+ 205	—597	—859	—1 004	—1 662	—1 075	—2 222	+ 2 703
Invisíveis correntes.....	— 602	+ 426	— 76	— 6	— 333	—1 023	— 285	+ 338	—1 027
Rendimentos de capitais.....	— 573	+ 467	—	—	— 532	— 600	— 628	— 198	—
Transferências privadas	— 843	—554	—	—	— 362	— 401	— 330	— 310	—
Movimento de capitais.....	+ 563	+ 113	—190	+ 31	+ 484	+ 1 198	+ 601	+ 71	— 709
Privados a curto prazo	— 58	— 50	—190	+ 31	+ 94	+ 81	+ 398	+ 149	— 667
Privados a médio e longo prazo.....	+ 74	— 21			+ 350	+ 1 117	+ 205	— 56	
Total.....	+ 1 642	+ 738	—863	—896	— 853	—1 487	— 759	—1 813	+ 967

Fontes: *III Plano de Fomento para 1968-1973*, Lisboa, Presidência do Conselho, 1968, vol. III. *Projecto do IV Plano de Fomento*, Lisboa, Presidência do Conselho, 1973, t. II. Costa Oliveira, *op. cit.*, pp. 208 e segs. Banco de Fomento Nacional, *Análise da Conjuntura Económica e Financeira*, Lisboa, 1971.

duzida com um certo efeito — sirva de exemplo a Gulf Oil Company, que passou a financiar parte dos seus investimentos com receitas resultantes da exportação de petróleo ⁶⁹ —, vai contradizer de forma directa o outro tipo de medidas contra a falta de capital: a atracção de capitais do exterior, que, ob-

**Angola: saída de rendimentos de capitais
e transferências privadas (milhares de contos)**

[QUADRO N.º 14]

Anos	Rendimentos de capitais	Transferências privadas
1960.....	290	440
1964.....	589	885
1965.....	501	602
1966.....	402	329
1968.....	543	368
1969.....	623	408
1970.....	671	342
1971.....	210	324
1972.....	422	264

Fontes: *III Plano de Fomento*, cit. *Banco de Fomento Nacional*, 1971, cit. Costa Oliveira, *op. cit.*, p. 208. Walter Marques, *op. cit.*, p. 89. Banco de Angola, *Angola 1972 [...]*.

viamente, tem como premissa a possibilidade de exportação dos rendimentos. E a limitada poupança interna ou, em geral, a fraca acumulação local não deixam, na realidade, grande margem de manobra neste campo. A política económica seguida está dependente, na sua prossecução, da entrada em quantidades significativas de capital externo. Os dados obtidos através da balança de pagamentos (ver quadro n.º 15), revelando um esforço de atracção de capital externo a partir de meados da década de 60, não são, por

**Angola: entrada de capital
(milhares de contos)**

[QUADRO N.º 15]

1960.....	60
1966.....	114
1967.....	249
1968.....	871
1969.....	1 522
1970.....	1 058
1971.....	878
1972.....	533

Obs. — Os dados antes e depois de 1969 não são inteiramente comparáveis.

Fontes: *Projecto do IV Plano de Fomento*, cit. Walter Marques, *op. cit.* Banco de Angola, *Angola 1972 [...]*

⁶⁹ Oliveira, Jorge Eduardo da Costa, p. 62.

razões várias, de forma alguma suficientes para provar a mobilização de capital para o investimento ⁷⁰, se bem que possam servir de indicador da evolução, na medida em que revelam o optimismo ou retracção dos investidores. A indústria transformadora, principal sector de atracção de capitais externos, revela uma evolução dos investimentos desordenada, mas tendencialmente crescente, passando de 119 000 contos em 1965 para 642 000 em 1967 e descendo em 1969 a 340 000, para retomar, a partir desse ano, uma tendência fortemente positiva, com o investimento em 1970 próximo dos 700 000 contos e em 1971 cerca de 900 000 ⁷¹.

As medidas de política económica referentes à mão-de-obra e ao capital, permitindo um certo grau de saída para o *impasse*, vão conduzir à diversificação e ao crescimento da produção atrás descritos. Depara-se-nos assim uma «adaptação» do modo de produção conducente a um crescimento visível, se bem que não sem dificuldades, derivadas de deformações de carácter estrutural, como, por exemplo, o perfil da distribuição do rendimento. Assim, o produto interno bruto, que em 1961 apresentava 7,9 milhões de contos, atingia em 1970 os 27,5 milhões, o que, posto em relação com a população e a sua variação, traduz um crescimento de capitação do produto (se bem que aos preços correntes) de 200% em 10 anos ⁷². Contudo, a distribuição do rendimento, extremamente desigual, vai originar estrangulamentos imediatos na economia ⁷³: uma pequena camada social possui elevado poder de compra, que provoca o aumento das importações sumptuárias, ao mesmo tempo que a maioria da população, não possuindo capacidade de consumo, vai induzir, por falta de mercado, o estrangulamento do investimento privado em sectores básicos, nomeadamente naqueles que, por poderem consumir matérias-primas locais, fomentariam o sector primário, de que ainda depende a grande maioria da população angolana.

CONCLUSÃO

A análise do processo por que passou a economia angolana, não pretendendo nem podendo ser aqui exaustiva nem sistemática, permite concluir que, na realidade, a economia de mercado não só penetrou em Angola, mas também nela se consolidou, dominando-a. As últimas décadas da época colonial, em especial após os anos 50, são todo um alterar das forças produtivas e das relações de produção que vai permitir cimentar o modo de produção capitalista e garantir a sua reprodução. Nestes termos, torna-se difícil aceitar a tese da «evolução desordenada e sem lógica» da economia colonial angolana. Ela foi sujeita, se bem que com certas características particulares derivadas da «especificidade» da fraca economia colonizadora, ao processo de dominação típica de qualquer economia colonial, inserindo-se nas economias de capitalismo dependente: o crescimento é feito à base de investimentos vindos do exterior por debilidade da poupança local e orientados para

⁷⁰ As razões da insuficiência dos dados da balança de pagamentos são apresentadas por Castro, pp. 167 e segs.

⁷¹ Conselho Ultramarino, 1972, 2.^a acta, p. 14.

⁷² O valor do PIB é calculado pelos Serviços de Planeamento com base numa amostra avaliada em cerca de 80% do total. Ver Oliveira, Jorge Eduardo da Costa, pp. 62-63, e Conselho Ultramarino, 1972, p. 29.

⁷³ Rella.

sectores em que a colónia é rica em recursos; os investimentos têm um efeito de crescimento não equilibrado e de formação de enclaves na medida em que desenvolvem os sectores de exportação tradicionais com efeitos quase nulos nos outros sectores; a economia colonial vai sendo cada vez mais inserida na divisão internacional do trabalho.

Foi esta evolução que criou, principalmente a partir dos fins da década de 60, uma divergência de interesses em relação a Angola — os descritos na introdução deste trabalho —, mas que se orientavam, todos eles, para a «descolonização», uma vez que os trâmites de dominação neocolonial estavam garantidos. Os interesses da economia portuguesa, ao contrário do que correntemente é aceite, não abriam nenhuma excepção; já pretendemos demonstrar noutro lugar⁷⁴ que a participação da economia portuguesa na dominação neocolonial de Angola fora por aquela cuidadosamente preparada: pelo domínio de alguns sectores-chave, principalmente o bancário; pela participação em quase todos os sectores económicos, ao contrário de terceiros países, que só penetravam num ou noutro sector; pela preparação duma *élite* branca e assimilada feita «à imagem do colonizador». Não foi a falta duma «lógica» no processo de colonização de Angola que conduziu até agora à não possibilidade de implantação do neocolonialismo e, consequentemente, à perda de domínio, também por parte de Portugal, sobre aquela antiga colónia. As razões terão de se ir encontrar noutros factores. Entre eles estará, certamente, o carácter específico do processo de descolonização, que se não compadeceu com a manutenção de sistema instalado. Na realidade, não foi possível criar uma alternativa ao movimento nacionalista que assumiu o poder e pôs em causa os mecanismos da economia de mercado implantada; por outro lado, à fraca capacidade de negociação da potência colonial e à «fuga» da *élite* que preparara como correia de transmissão, mas que não chegara a ser integrada na formação social, há a acrescentar o facto de a descolonização ter sido feita ainda no «período revolucionário» da própria metrópole.

BIBLIOGRAFIA

- ABSHIRE, David M.
1969 «Minerals, Manufacturing, Power, and Communications», in D. M. Abshire e M. A. Samuels (eds.), *Portuguese Africa*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- AGÊNCIA-GERAL DO ULTRAMAR
1969 *Alguns Aspectos de Povoamento Recente em Angola*, Lisboa, trabalho elaborado na Junta Provincial de Povoamento de Angola.
- AMARAL, Ilídio do
1960 *Aspectos do Povoamento Branco de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- ANDRADE, Mário de, e OLLIVIER, Marc
1971 *La Guerre en Angola*, Paris, Maspero.
- ARAÚJO, A. Correia de
1964 *Aspectos do Desenvolvimento Económico e Social de Angola*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- BAILEY, Norman A.
1969 «Native and Labor Policy», in D. M. Abshire e M. A. Samuels (eds.), *Portuguese Africa*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- BANCO DE ANGOLA
1960 Exercício de 1960, Lisboa.
1962 Exercício de 1962, Lisboa.

⁷⁴ Vide nota 2.

- 1963 Exercício de 1963, Lisboa.
- 1966 Exercício de 1966, Lisboa.
- 1970 *Angola 1970 — Economic and Financial Survey*, Lisboa.
- 1972 *Angola 1972 — Economic and Financial Survey*, Lisboa.
- BENDER, Gerald J.
- 1978 *Angola under the Portuguese*, Londres, Heinemann.
- CAETANO, Marcelo
- 1971 *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos*, Lisboa, Edições Ática.
- CAPELA, José
- 1977 *O Imposto de Palhota e a Introdução do Modo de Produção Capitalista nas Colónias*, Porto, que reproduz Associações Comerciais de Angola, *Considerações sobre o Problema das transferências de Angola*, Lisboa, 1932.
- CAPITÃO, J. Pedro
- 1974 *O Problema Colonial*, Lisboa, Assírio e Alvim.
- CASTRO, Armando de
- 1978 *O Sistema Colonial Português em África*, Lisboa, Editorial Caminho.
- CEDETIM, Groupe Afrique Central du
- 1977 *Angola: La Lutte Continue*, Paris, Maspero.
- CHILCOTE, Ronald H.
- 1967 *Portuguese Africa*, Nova Jérsei, Prentice-Hall Inc.
- COMTE, Philippe
- 1964 «Problèmes économiques dans les provinces portugaises d'Afrique Continentale», in *La Revue Tiers-Monde*, vol. v, n.º 18, Abril/Junho.
- CONSELHO ULTRAMARINO
- 1970 *Parecer e Actas da Sessão Plenária de Outubro de 1970*, Lisboa.
- 1972 *Parecer e Actas da Sessão Plenária de Março de 1972*, Lisboa.
- 1973 *Parecer e Actas da Sessão Plenária de Março de 1973*, Lisboa.
- CUNHA, J. M. DA SILVA
- 1957 *Administração e Direito Colonial, Apontamentos das Lições*, edição da Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- 1958 *Ibid.*, id.
- 1960 a *Ibid.*, id.
- 1960 b *Questões Ultramarinas e Internacionais (Direito e Política)*, Edições Ática, Lisboa.
- 1961 *Questões Ultramarinas e Internacionais (Sociologia e Política)*, Edições Ática, Lisboa.
- 1977 *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*, Coimbra, Atlântida Editora.
- DAVIDSON, Basil
- 1972 *In the Eye of the Storm: Angola's People*, Nova Iorque, Doubleday & Co., Inc., Garden City.
- DIÁRIO DO GOVERNO
- 1972 Estatutos Político-Administrativos das Províncias Ultramarinas, I Série, n.º 296, Lisboa.
- DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA GERAL
- 1965 «Actividade económica de Angola», in *Revista de Estudos Económicos*, n.º 70, Luanda.
- DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA GERAL
- 1965 *Anuário Estatístico*, Luanda.
- DONGEN, Irene S. van
- 1969 «Agriculture and Other Primary Production», in D. M. Abshire e M. A. Samuels (eds.), *Portuguese Africa*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- DUFFY, James
- 1968 *Portuguese Africa*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- FERREIRA, Eduardo de Sousa
- 1975 a *Portugal e o Neocolonialismo*, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- b *Estruturas de Dependência*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- c *A Decadência do Corporativismo*, Lisboa, Sá da Costa Editora.
- 1976 *Origens e Formas da Emigração*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- 1977 a *Portuguese Colonialism in Africa: the end of an era*, Paris, UNESCO.
- b *África Austral — O Passado e o Futuro*, Lisboa, Seara Nova.
- FERREIRA, José Carlos Ney, e VEIGA, Vasco Soares da
- 1957 *Estatuto dos Indígenas Portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique* (anotado), Lisboa.

- GABINETE DE ESTUDOS E PLANEAMENTO DA ACÇÃO EDUCATIVA
 1972 *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento — Estudo Sumário de Migrações na Década 1961-1970*, Lisboa, Ministério da Educação Nacional.
- GALVÃO, Henrique
 1949 *Por Angola — Quatro Anos de Actividade Parlamentar*, Lisboa, edição do autor.
 1961 *Santa Maria: My Crusade for Portugal*, Londres, Weidenfeld & Nicolson.
- HAILEY, Lorde W. M.
 1956 *An Africa Survey*, Londres.
- HEIMER, Franz-Wilhelm
 1972 *Educação e Sociedade nas Áreas Rurais de Angola, Resultados de Um Inquérito*, Luanda, vol. 1.
 1973 (ed.) *Social Change in Angola*, Munique, Weltforum Verlag.
- HERRICK, Allison, et alia
 1967 *Area Handbook for Angola*, Washington, U. S. Government Printing Office.
- INTERNATIONAL LABOUR OFFICE
 1962 *Africa Labour Survey*, Genebra.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA
 1959 *Anuário Estatístico do Ultramar/1958*, Lisboa.
 1961 *Anuário Estatístico*, vol. II, *Ultramar*, Lisboa.
 1971 *Anuário Estatístico/1969*, vol. II, *Províncias Ultramarinas*, Lisboa.
 1972 a *Anuário Estatístico*, Luanda, DPSE.
 b *Anuário Estatístico/1970*, vol. II, *Províncias Ultramarinas*, Lisboa.
 1973 *Anuário Estatístico/1972*, Lisboa.
 1974 *Anuário Estatístico/1972*, vol. II, *Províncias Ultramarinas*, Lisboa.
- INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS ULTRAMARINOS
 1961 *Estudos Ultramarinos — Política Ultramarina*, n.º 3, Lisboa.
- INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICA ULTRAMARINA
 s. d. *Angola — Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1963-64*, Lisboa.
- KONCZACKI, Z. A.
 1977 «Portugal's Economic Policy in Africa: A Reassessment», in Z. A. Konczacki, *An Economic History of Tropical Africa*, Londres, Frank Cass.
- KUDER, Manfred
 1971 *Angola — eine geographische, soziale und wirtschaftliche Landeskunde*, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, Darmstadt.
- MARCUM, John
 1969 *The Angolan Revolution*, vol. I, *The Anatomy of an Explosion 1950-1962*, Cambridge Mass. e Londres, The M.I.T. Press.
- MARQUES, Walter
 1963 *Problemas de Desenvolvimento Económico de Angola*, Junta de Desenvolvimento Industrial, Luanda (policopiado).
- MATOS, Norton de
 1944 *Memórias e Trabalhos da Minha Vida*, vol. II, Lisboa, Editora Marítimo-Colonial.
- MENDES
 s. d. *O Trabalho Assalariado em Angola*, Lisboa, ISCSPU.
- MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS
 1936 *Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português*, Lisboa.
- MINTER, William
 1972 *Imperial Network and External Dependency: The Case of Angola*, Beverly Hills, Londres, Sage Publications.
- MISSÃO DOS INQUÉRITOS AGRÍCOLAS DE ANGOLA
 1971 *Recenseamento Agrícola de Angola — XXIX e XXX*, Luanda.
- MORNA, Álvaro de Freitas
 1944 *Angola — Um Ano de Governo Geral*, vol. I, Lisboa.
- MOUZINHO, Fernando M. F. Borges, et alia
 1969 *Parâmetros Actuais do Povoamento em Angola*, Luanda.
- OKUMA, Thomas
 1962 *Angola in Ferment*, Toronto, S. J. Reginald Saunders and Co.
- OLIVEIRA, Hermes de Araújo
 1971 *Povoamento e Promoção Social em África*, Vila Nova de Famalicão.

- OLIVEIRA, Jorge Eduardo da Costa
1972 *Servindo o Futuro de Angola*, Luanda.
- ONU
1959 *Étude sur la situation économique de l'Afrique depuis 1950*.
1962 Documento A/4978, suplemento 16.
1965 Documento A/6000/rev. 1.
1966 Documento A/6300/rev. 1, cap. v, parte II. Apêndice I.
1968 Documento A/7320/Add. 1.
1969 Documento A/7623/Add. 3.
1973 Documento A/9023/Add. 3.
- POSSINGER, Hermann
1968 *Landwirtschaftliche Entwicklung in Angola und Moçambique*, Munique, Weltforum Verlag.
- PRESIDÊNCIA DO CONSELHO
1964 *Plano Intercalar de Fomento para 1965-1967*, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional.
1968 *III Plano de Fomento para 1968-1973*, vol. III, Lisboa.
1970 a *Projecto do IV Plano de Fomento*, t. II, Ultramar, Lisboa.
b *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento*, «Relatório do grupo de trabalho ad hoc para a definição de orientações visando a coordenação do processo de desenvolvimento dos diversos territórios portugueses», Lisboa.
1973 *Projecto do IV Plano de Fomento*, t. II, Ultramar, Lisboa.
- REBELO, Horácio de Sá Viana
1961 *Angola na África Deste Tempo*, Lisboa.
- RELLA, José Manuel Zenha
1972 «O IV Plano de Fomento de Angola», in Costa Oliveira, *Servindo o Futuro de Angola*, Lisboa.
- REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA GERAL
1964 3.º *Recenseamento Geral da População/1960*, vol. I, Luanda.
- ROCHA, Edgar
1977 «Portugal anos 60: crescimento económico e relação com as colónias», in *Análise Social*, 2.ª série, vol. XIII, n.º 3, Lisboa.
- SMITH, W. G. Clarence
s. d. *The Angolan Nucleus From the 1840s to the 1920* (mimeo).
- SERVIÇOS DE PLANEAMENTO E INTEGRAÇÃO ECONÓMICA
1972 *Trabalhos Preparatórios do IV Plano de Fomento (1974-1979) — Educação*, Luanda.
- TORRES, Adelino
1971 «Le Travail salarié rural en Angola», in *Économie et Humanisme*, n.º 198, Março/Abril.
- WHEELER, Douglas, e PELISSIER, René
1971 *Angola*, Nova Iorque, Praeger Publishers.